CONTEXTO

Ano 1 - Edição 1

UMA PUBLICAÇÃO DA CONASCON

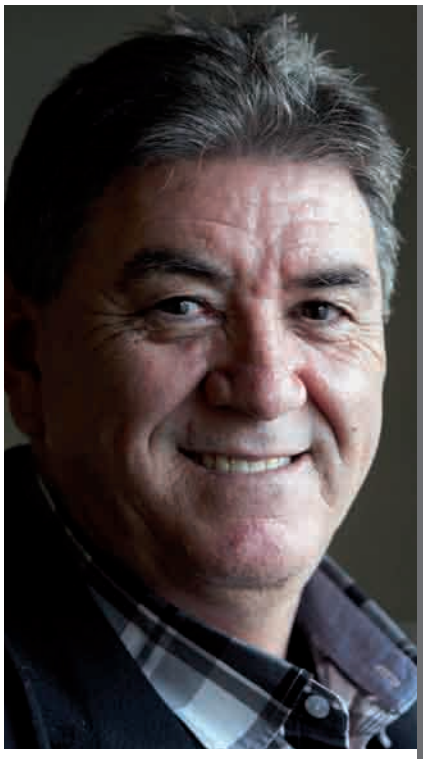
CONASCON

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes

filiado a: UNI global union, UGT União Geral dos Trabalhadores

E AGORA?

Qual o impacto da decisão do STF na vida dos trabalhadores?



PALAVRA DO PRESIDENTE

Os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros estão passando por um momento extremamente delicado. Estão sendo colocadas em risco diversas conquistas de anos de luta. Se não forem bem discutidas agora, as reformas trabalhista e da previdência poderão causar sérios danos à classe trabalhadora e ao movimento sindical.

Precisamos estar atentos às movimentações do congresso. Existe uma pressa inexplicável para aprovação de projetos de lei sem a devida discussão. Foi o que aconteceu com a lei 13.429 de 31 de março de 2017, que altera a lei 6.019/1974 e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

A revista CONTEXTO chega nesse cenário de reformas e incertezas com o objetivo de convidá-los a refletir sobre como o movimento sindical poderá se defender e atacar, pois daqui pra frente os ataques serão permanentes e sistemáticos. Pode não ser hoje ou amanhã, mas é certo que algo vai mudar. E o sindicato que não se preparar, dificilmente sobreviverá às iminentes mudanças no sistema de custeio sindical.

A recente decisão do STF sobre a inconstitucionalidade da cobrança de contribuição assistencial de não filiados e a tentativa de incluir na Reforma Trabalhista o fim da contribuição sindical, mostra-nos que precisamos reagir e ao mesmo tempo nos preparar. Precisamos lutar pela manutenção das contribuições, pois elas mantêm serviços essenciais oferecidos aos trabalhadores, que serão os mais prejudicados. Ao mesmo tempo, nota-se que, caso se mantenham, essas contribuições tendem a cair.

Nessa primeira edição contamos com diversas contribuições de sindicatos filiados reportando seus trabalhos de base, trabalho esse que precisa ser intensificado para garantir a segurança da representação aos trabalhadores.

Também nessa edição encontraremos um importante estudo do IAE – Instituto de Altos Estudos da UGT, que traz um panorama do emprego específico da nossa atividade. São informações importantes que mostram a dinâmica do emprego em nosso setor.

Espero que a leitura seja esclarecedora, transformadora e inspiradora.

Boa leitura a todos!

Moacyr Pereira
Presidente da CONASCON

expediente

CONASCON
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes

DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente: Moacyr Pereira • **Vice Presidente:** Roberto Alves da Silva • **Secretário Geral:** Neucir Paskoski
Tesoureiro Geral: Manasses Oliveira da Silva • **Diretor de Organização Sindical:** Henrique Fermiano
DIRETORIA SUPLENTES: Maria Donizeti Teixeira Alves • Paulo Roberto da Silva • Marcia Adão • Assil Aparecido Kraide • Ana Cristina dos Santos Duarte
CONSELHO FISCAL TITULARES: Leonardo Vitor Siqueira Cardoso • Manoel Martins Meirelles • Alexandre Pereira da Silva
CONSELHO FISCAL SUPLENTES: Carlos Donizeti França de Oliveira • Benilson Cavalcanti Hipólito • Maria Estelita dos Santos Duarte
COORDENAÇÃO: Simone Rocha (MTB 83.190/SP) • **PROJETO GRÁFICO:** AGPC Comunicação • **COLABORAÇÃO:** Roberto Nolasco • Lizandra Tadaieski
TIRAGEM: 1.500 exemplares

SCN QD 2, BLOCO A - ED. CORPORATE, SALA 502 - BRASÍLIA/DF- CEP: 70712-900 - BRASIL
Telefone: (61) 3329-6067 • www.conascon.org.br • contato@conascon.org.br

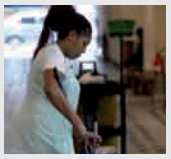
ÍNDICE

4 Aplicabilidade da súmula 448

6 MATÉRIA DE CAPA
Reflexos da decisão de STF sobre o fim da contribuição assistencial

8 Panorama do Emprego

12 Filiação da CONASCON à UGT

13  Marco Legal da Terceirização

14 Norma Regulamentadora

16 Prejudicados da Reforma da Previdência

18 Reforma Trabalhista

20 Combatendo vetores causadores de doenças

22 Brasil, colapso na Limpeza Urbana

23 Aconteceu na Base

APLICABILIDADE DA SÚMULA 448 DO TST

ADVOGADOS QUE REPRESENTAM AS CINCO FEDERAÇÕES FILIADAS À CONASCON SE REUNIRAM PARA DISCUTIR E FORMULAR UM PARECER SOBRE A APLICABILIDADE DA SÚMULA 448 E SEUS DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS. ESSE PARECER SERÁ APRESENTADO À DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O PLANEJAMENTO DE AÇÕES NO TERRITÓRIO NACIONAL.

No dia 20 de fevereiro, os advogados da FENASCON – Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Lipemza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes, FEMACO – Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo, FEACONSPAR – Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Paraná e FEEAC-RS – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana em Geral, Ambiental, Áreas Verdes, Zeladoria e Serviços Terceirizados do Rio Grande do Sul reuniram-se na sede da CONASCON em Brasilia para discutir a aplicabilidade da Súmula 448 do TST.

O objetivo é organizar e preparar as entidades filiadas para se posicionarem frente às empresas do setor, considerando que os reflexos podem ser os mais diversos, tanto na diminuição da oferta de postos de trabalho, atrasos nos pagamentos, como no enxugamento dos contratos e desvios de função. Enfim, as demandas devem aparecer e os sindicatos precisam estar preparados.

Outro ponto importante da pauta foi a proibição do trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres. A lei 13.287/16 entrou em vigor em 12 de maio de 2016 e estabelece que trabalhadoras gestantes e lactantes deverão ser afastadas de atividades, operações ou locais insalubres, durante o período de gestação e lactação. Essa lei foi assinada pela presidente Dilma Roussef.

Neucir Paskoski, secretário geral da CONASCON, alertou que os grandes setores não têm problemas em realocar essas trabalhadoras, mas precisamos ficar atentos aos pequenos setores. Ele afirma ainda que tanto as questões que envolvam a Súmula 448 quanto a lei aprovada precisam ter cautela, pois a aplicação de determinadas conquistas podem gerar reflexos contrários, como a redução nas contratações de mulheres.

Para Moacyr Pereira, presidente da entidade, existe um risco ainda maior: a diminuição de contratação de mulheres. A CONASCON vai propor ações e atividades para seus filiados ampliarem o debate sobre o tema e formalizar uma estratégia nacional de atuação.

No dia 21 a diretoria da entidade se reuniu com Edgar Segato Neto presidente da Febrac- Federação Nacional da Empresas de Asseio e Conservação para mostrar a preocupação das entidades com tantas lacunas e os possíveis reflexos no cotidiano dos trabalhadores.

"A aplicação da súmula 448 não está clara. Precisamos nos posicionar", afirma Moacyr Pereira, presidente da CONASCON.

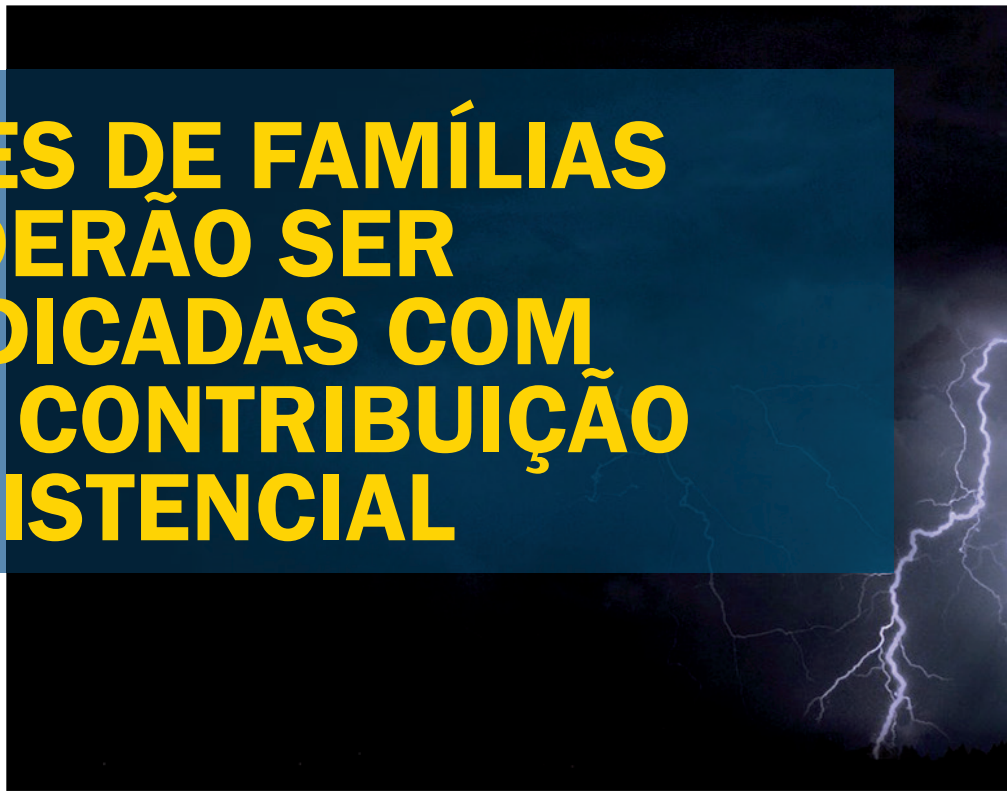
A SÚMULA

ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. (Conversão da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SBDI-1 com nova redação do item II) – Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014.

I - Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

II – A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

MILHARES DE FAMÍLIAS PODERÃO SER PREJUDICADAS COM O FIM DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL



STF IGNORA EFEITO CASCATA DA DECISÃO E O IMPACTO NA VIDA DOS TRABALHADORES.

A recente decisão do Superior Tribunal Federal, que classificou como incontitucional a cobrança de contribuição assistencial para trabalhadores não sindicalizados, vai além do nítido ataque à estrutura sindical brasileira. Se há repercussão geral no mundo jurídico, na vida dos trabalhadores, a repercussão pode ser devastadora.

O Supremo Tribunal Federal reafirmou o entendimento do TST – Tribunal Superior do Trabalho contra o Sindicato de Metalúrgicos de Curitiba. A decisão afirma a inconstitucionalidade da contribuição assistencial imposta por acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa a empregados não sindicalizados. O Plenário Virtual do STF tomou essa decisão na análise do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1018459), com repercussão geral reconhecida.

Seria essa decisão um ataque ao movimento sindical em meio às reformas da previdência e trabalhista? Não atacam apenas a contribuição assistencial. Avançam no Congresso Nacional projetos de leis que visam extinguir as principais fontes do custeio sindical. Duas propostas estão no Senado: a PEC 36/2013 e PLS 385\2016. Na Câmara dos Deputados, o PL 6694/2016.

Dada a importante função social dos sindicatos na sociedade, ceifar um dos principais meios de subsistência da estrutura sindical pode prejudicar aqueles que mais necessitam de apoio: os trabalhadores e suas famílias.

Milhares recorrem aos serviços prestados por sindicatos. Há muitos anos que as entidades sindicais não se dedicam única e exclusivamente aos reflexos da relação capital x trabalho, como negociações coletivas, fiscalização, greves e atendimento jurídico. Muitos assumiram o papel do Estado ao oferecer educação, saúde e lazer.

Entidades organizadas, com trabalho de base, oferecem serviços a todos os integrantes da categoria profissional que representam; são cursos de formação profissional, alfabetização, idiomas para trabalhadores imigrantes, recolocação no mercado de trabalho, atendimento médico, odontológico, exames, entrega gratuita de material escolar, creches, benefícios natalidade, aúxilio funeral, entre outras dezenas de benefícios oferecidos para associados e não associados.

Sem os serviços oferecidos pelos sindicatos, os trabalhadores voltarão a ficar dependentes dos serviços do Estado, que em sua maioria são insuficientes, precários e desumanos.

Mesmo que a decisão repercuta apenas nos processos que tratam do mesmo tema, esse é um sinal de que os sindicatos estarão na "alça da mira", pois são eles os únicos com potencial efetivo de combate na luta contra a retirada de diretos do trabalhador.

O presidente da CONASCON, Moacyr Pereira, vai buscar apoio dos sindicatos filiados, da UGT, da UNI Global Union e entidades internacionais para aderirem à nossa luta. Precisamos mostrar o importante papel do Movimento Sindical na sociedade, todos precisam entender que o movimento sindical mantém o equilíbrio das relações de trabalho. Precisamos reagir!

ALGUMAS ENTIDADES FILIADAS FALAM SOBRE O TEMA:

"A interferência do STF na organização sindical é um retrocesso. Isso coloca em cheque a estrutura e a liberdade sindical, fazendo com que os sindicatos passem a se tornar entidades fragilizadas, fracas, sem poder de atuação", afirma Henrique Fermiano – Diretor de Organização Sindical da CONASCON. "Este retrocesso não pode ser considerado. A liberdade sindical é necessária para que os sindicatos se organizem e possam ter o seu poder de luta e organização, para que a partir dai fazer a defesa dos trabalhadores que é um dos papéis fundamentais dos sindicatos."

Para João Capana, diretor social do SIEMACO-SP, é praticamente impossível manter serviços sem contar com essa importante receita. Serviços com mão de obra especializada como médicos, advogados, técnicos de saúde e segurança, economistas são muito caros. Possuímos uma Colônia de Férias com um grande custo operacional, mas não repassamos esses custos ao trabalhador por entender que, com o repasse, o lazer seria inviável. Sem a contribuição assistencial ficará impossível arcar com todas essas despesas.

Na região nordeste, o problema é ainda maior. Com estruturas muito enxutas, os sindicatos da região já convivem com as dificuldades impostas nas negociações coletivas. O Vereador da cidade de Campina Grande, Alexandre Pereira, que é presidente do SINTEPS-CG, disse que possui uma estrutura mínima, que qualquer diminuição na arrecadação sindical inviabilizaria sua atividade como um todo. "Aqui em Campina Grande os patrões fazem campanhas contra a sindicalização", afirmou. Sem filiados e sem contribuição assistencial, fechamos o sindicato. Não temos condições de dar atendimento.

De acordo com o presidente do SINDIASSEIO-RMBH, Leonardo Vitor Siqueira Cardoso Vale, as contribuições aos sindicatos profissionais são de suma importância para saúde financeira das entidades. Temos funcionários registrados, pagamos impostos, fazemos tudo de acordo com a lei. As ditas confederativas, assistenciais ou negociais de forma compulsória promovem uma melhor atuação em prol das categorias, afirma. Para Leonardo, nas negociações coletivas, todos adquirem os mesmos direitos, mas poucos absorvem os mesmos deveres.

O presidente do SIEMACO-ABC, Roberto Alves, o segundo maior sindicato do asseio e conservação do Estado de São Paulo, afirma que a Contribuição Assistencial representa cerca de 60% da arrecadação da entidade. Em sua opinião, é impossível manter a atual estrutura de atendimento sem contar com a Contribuição Assistencial. Ele afirma que os sindicatos sérios com história de lutas e conquistas não podem pagar o preço pela existência de sindicatos que não se preocupam com os trabalhadores.

"Julgar a cobrança assistencial inconstitucional é um ataque direto às instituições que defendem os trabalhadores", afirma Manasses Oliveira, Presidente da FEACONSPAR – Federação dos Empregados em Asseio e Conservação do Paraná. É uma forma cruel de desagregar a classe trabalhadora e tentar fragilizar as entidades em sua forma de custeio.

Em todo o Paraná, os SIEMACOs estão se mobilizando para fazer resistência a esse massacre aos direitos dos trabalhadores. Com ou sem contribuição assistencial, a luta não vai parar. Essa é uma ação com o objetivo claro de desequilibrar a relação de forças entre o capital e o trabalho. O movimento sindical pode passar por transformações, mas é na adversidade que se cresce e, unidos, não vamos deixar nunca que os trabalhadores fiquem desamparados, finalizou.

Neucir Paskoski, secretário geral da CONASCON, já esperava pelo ataque. Mas essa última pode encorajar ainda mais as empresas a se voltarem contra os sindicatos enfraquecendo as entidades financeiramente. Em Santa Catarina, sua base, a situação é muito crítica. Ainda existem entidades protegidas por TACs – Termos de Ajustamento de Conduta, para regular a cobrança e direito de oposição. Mas alguns sindicatos foram obrigados a assinar acordos para diminuir o percentual de cobrança da contribuição assistencial e consequente extinção da cobrança em 5 anos.

Para Neucir, o governo, a mídia e os patrões estão imbuídos em enfraquecer o movimento sindical para colocar em prática a retirada de direitos conquistados ao longo dos anos pela luta sindical.

PANORAMA DO EMPREGO: UM OLHAR SOBRE A LIMPEZA NO BRASIL

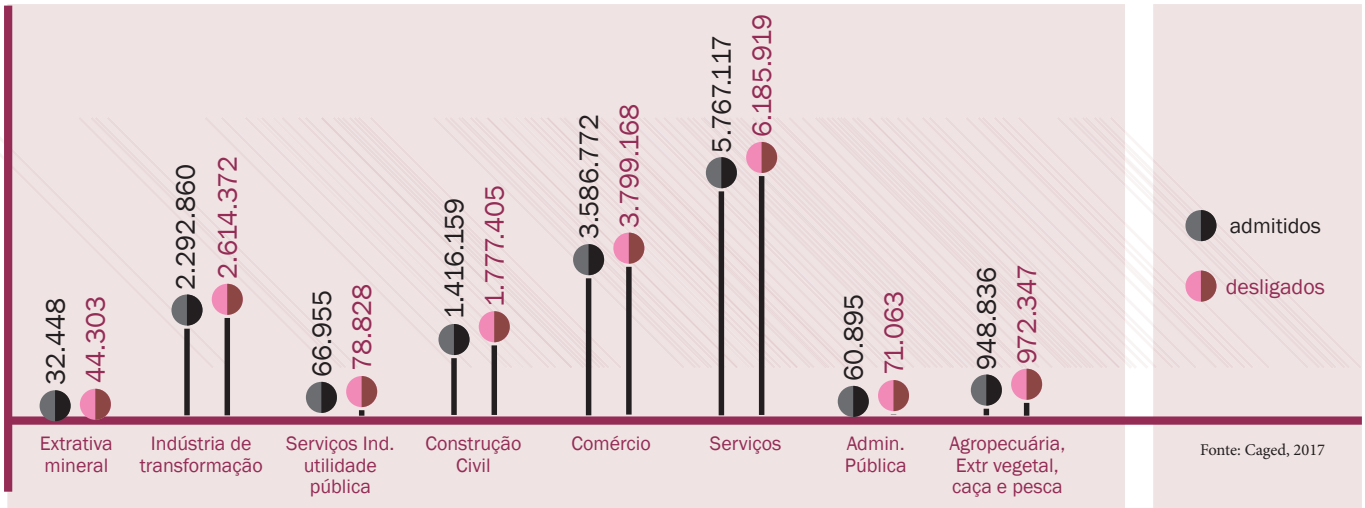
FONTE: INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS DA UGT – IAEUGT

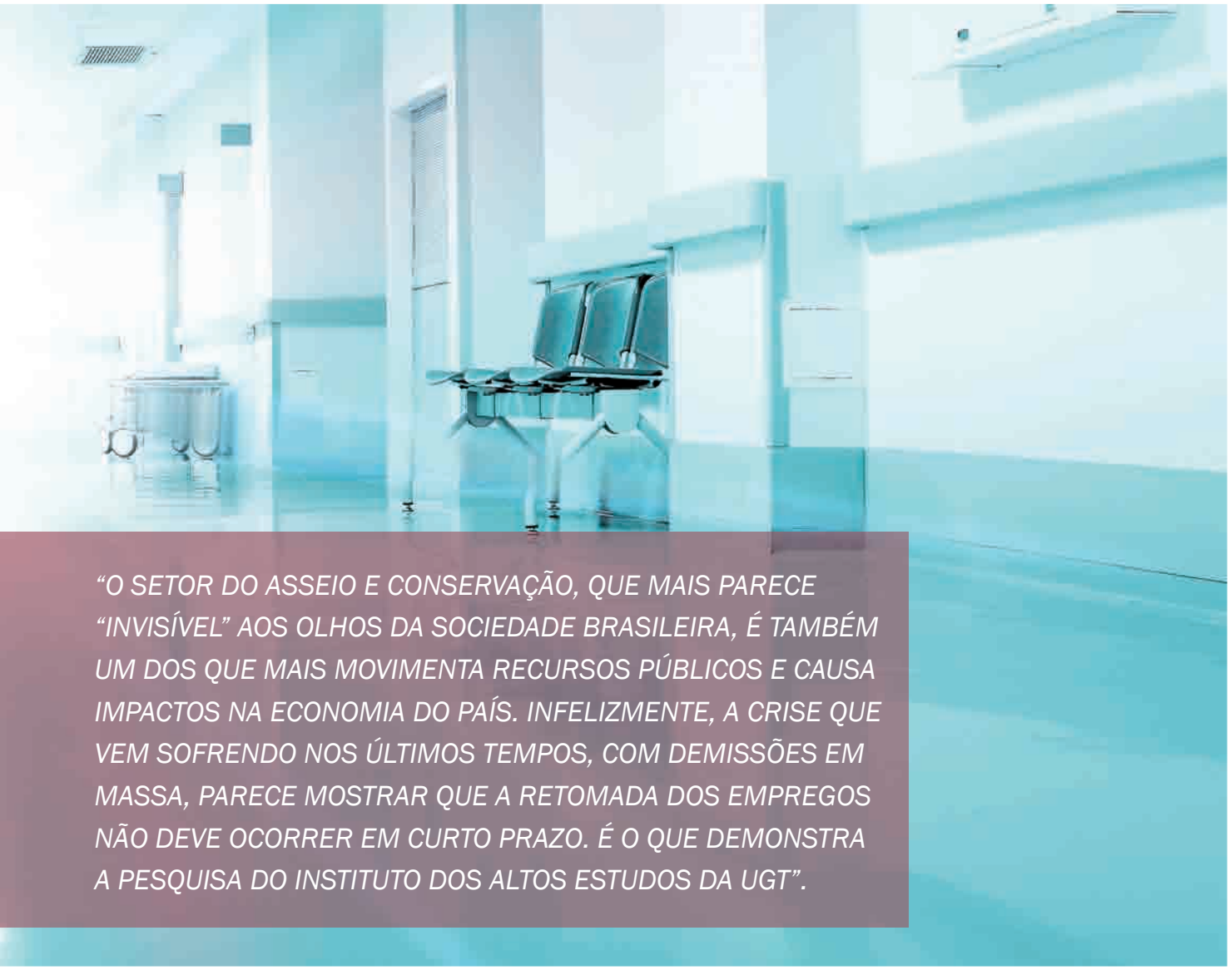
O estudo econômico realizado pelo IAE – Instituto de Altos Estudos da UGT (União Geral dos Trabalhadores), demonstra os impactos que a deterioração da economia está causando na movimentação de emprego no Brasil, considerando o perfil do Setor do Asseio e Conservação.

O mercado de trabalho celetista encerrou o ano de 2016 com um acúmulo de 1,32 milhões de vagas fechadas. Ainda que negativo, foi inferior ao ocorrido em 2015, quando o mercado fechou 1,53 milhões de vagas. Houve uma desaceleração de 15%, indicando uma trajetória melhor para 2017, com a possibilidade de inflexão no segundo semestre.

O mês de abril de 2016, registrou o maior volume de demissões durante o ano com 1,82 milhões de trabalhadores demitidos, e a partir daí o nível de demissões foi diminuindo. Devido a

MOVIMENTAÇÃO EMPREGO NO BRASIL - 2016





"O SETOR DO ASSEIO E CONSERVAÇÃO, QUE MAIS PARECE "INVISÍVEL" AOS OLHOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, É TAMBÉM UM DOS QUE MAIS MOVIMENTA RECURSOS PÚBLICOS E CAUSA IMPACTOS NA ECONOMIA DO PAÍS. INFELIZMENTE, A CRISE QUE VEM SOFRENDO NOS ÚLTIMOS TEMPOS, COM DEMISSÕES EM MASSA, PARECE MOSTRAR QUE A RETOMADA DOS EMPREGOS NÃO DEVE OCORRER EM CURTO PRAZO. É O QUE DEMONSTRA A PESQUISA DO INSTITUTO DOS ALTOS ESTUDOS DA UGT".

fatores sazonais, os meses de outubro, novembro e dezembro historicamente registram os maiores níveis de desligamentos, porém, já demonstrando o arrefecimento da crise, as demissões foram 22,4% menores que no exercício anterior.

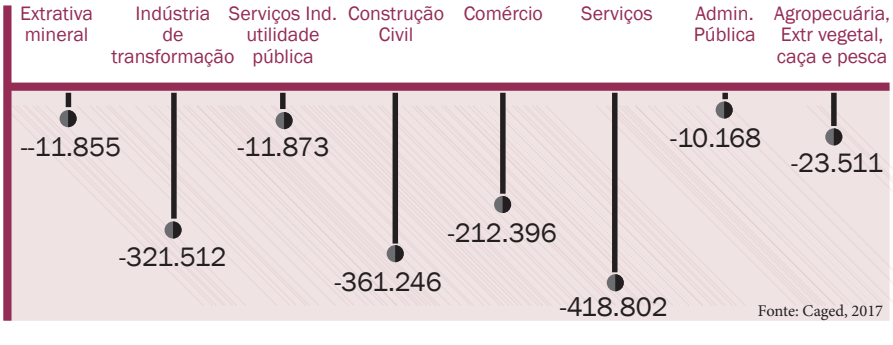
Todos os setores fecharam o ano com resultado negativo, mas em níveis menores que no exercício anterior. O setor de Serviços é responsável pela maior movimentação de emprego no país e registrou 5,7 milhões de admissões; 6,2 milhões de desligamentos e foi um dos poucos setores a registrar aumento no saldo de movimentação do emprego. O setor foi um dos últimos a ser afetado pela crise, mas devido à queda no consumo das famílias, diminuição do poder de compra e aumento da taxa de desemprego o impacto se deu com mais intensidade em 2016, culminando com o fechamento de 418 mil empregos. Um dos principais segmentos dos serviços é dos transportes, que sofreu dois grandes baques: houve quebra da safra agrícola, decorrente do El Nino, acarretando uma redução nos volumes transportados pelo agronegócio.

A redução da produção industrial, igualmente contribuiu para o enfraquecimento do setor com menos movimentação de insumos e produtos acabados. O segmento de hospitalidade (alojamento, refeições e outros) também teve queda substancial.

A construção civil, que registrou no ano passado a maior redução de empregos no país, em 2016 ficou na segunda posição com 361 mil postos de trabalho extintos.

Quando comparado a outros setores, a Indústria foi a que registrou o mais alto índice de diminuição do saldo de movimentação de empregos, que era de 606 mil em 2015, mas caiu para 321 mil em 2016.

SALDO DE MOVIMENTAÇÃO EMPREGO BRASIL



DADOS REGIONAIS

Entre as 27 unidades da federação, Roraima apresentou resultado positivo na criação de empregos formais no ano passado. Foi o único estado que mais contratou do que demitiu. O estoque de vagas passou de 51.662 em dezembro de 2015 para 51.746 em dezembro de 2016, ou seja, uma criação de 84 novos postos de trabalho. Além de Roraima, os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os que menos sofreram com a crise em 2016, resultados estes puxados pelo bom desempenho do agronegócio nessas regiões.

DADOS MUNICIPAIS

Alguns municípios tiveram destaque na geração de postos de trabalho, totalizando a criação de 16 mil empregos entre os 10 municípios com maior saldo de movimentação. Três Lagoas (MS) registrou a criação de 3.506 postos de trabalho. Deve-se à implantação e início de operação das novas grandes unidades da Eldorado Celulose. No município de Campo Redondo (RN) foram gerados 1.990 novos postos de trabalho proveniente somente do setor de Serviços, que reflete o desenvolvimento de campos de energia eólica. Nova Serrana (MG) é o único município que configura na lista entre os 10 maiores na criação de empregos, sendo responsável por 1.870 empregos criados exclusivamente pela Indústria na região.

MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO NO ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA

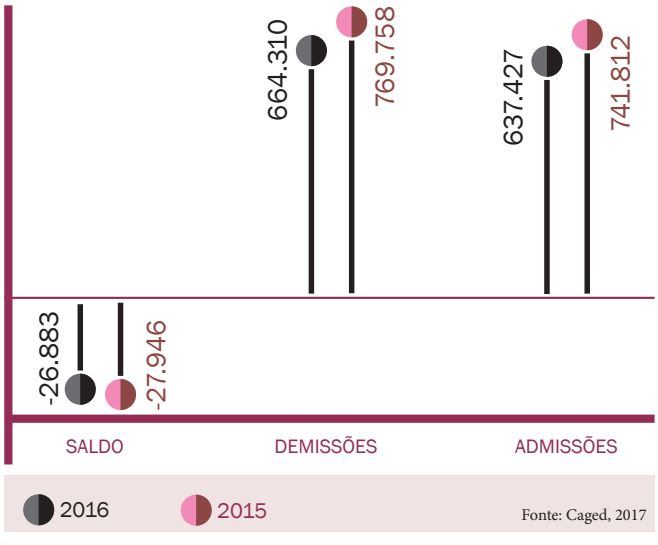
O Setor de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana ora analisado, contempla as atividades descritas pelo CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (versão 2.0), que se desdobram nas seguintes divisões:

- 81.1 – Serviços combinados para apoio de edifícios
- 81.2 – Atividades de limpeza
- 81.3 – Atividades de paisagismo
- 38.1 – Coleta de Resíduos

Durante o ano de 2016, o setor desligou 664.310 trabalhadores, e contratou apenas 637.427 profissionais, não conseguindo repor a totalidade dos desligamentos e, como consequência, o setor teve uma queda líquida de 26.883 postos de trabalho.

Ao longo do segundo semestre, em nenhum dos meses subsequentes as admissões conseguiram repor os desligamentos efetuados. Os contratantes dos trabalhadores foram reduzindo os seus quadros, em função da sua perda de contratos ou de produção, que sofreram com a queda na demanda das pessoas e das famílias.

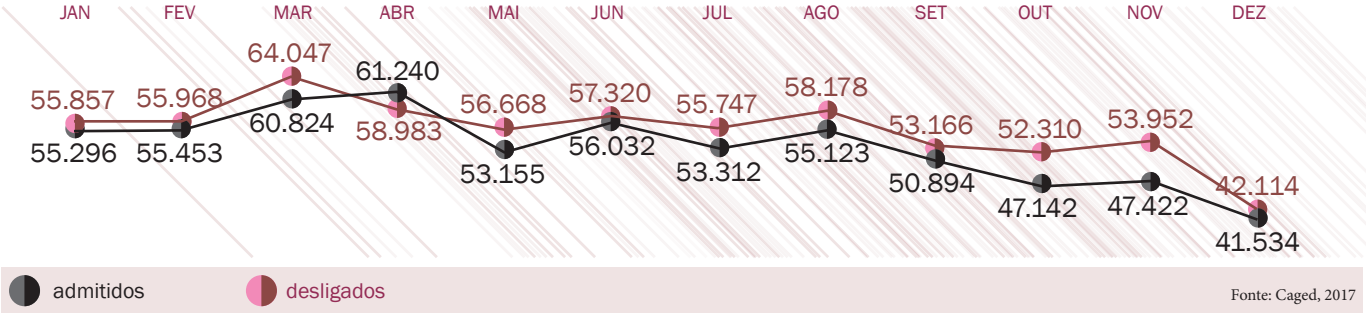
Admissões, demissões e saldo de empregos no setor de asseio e conservação 2016 x 2015



Fonte: Caged, 2017

O ano de 2016 fechou com baixa acumulada de 14,1% nas admissões, 13,7% nas demissões e foram extintos 26.883 empregos, todos estes resultados em relação ao mesmo período de 2015. Embora o número de demissões realizadas tenha sido menor em relação ao exercício anterior, a queda acentuada na abertura de novos postos de trabalho acabou influenciando negativamente o nível de emprego no setor.

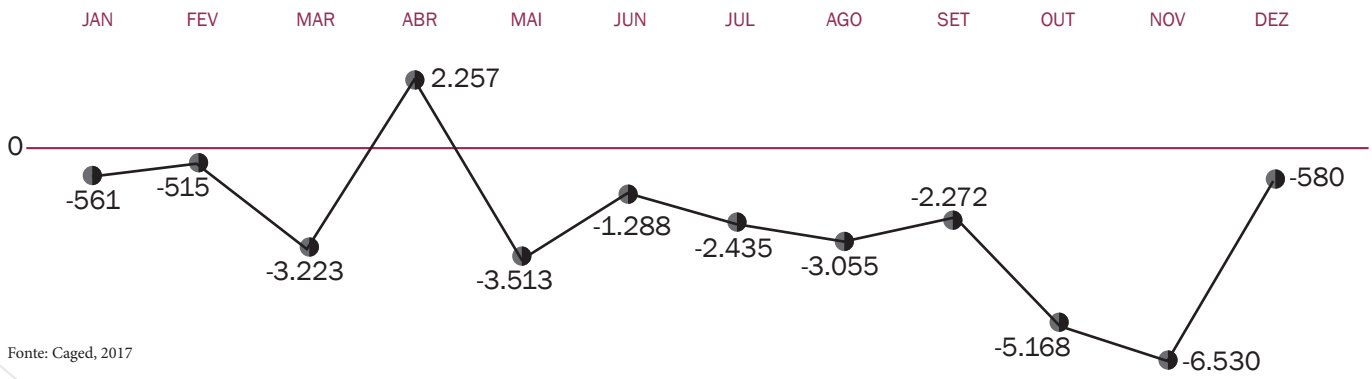
Movimentação do emprego mensal no setor de asseio e conservação - 2016



Fonte: Caged, 2017

Abril foi o único mês a registrar saldo positivo na geração de postos de trabalho no setor com 2.257 vagas. Nos demais meses, o setor fechou com desempenho negativo, registrando picos das maiores extinções de cargos nos meses de outubro e novembro.

Saldo de movimentação do emprego - 2016



Fonte: Caged, 2017

Dentro do setor, as atividades de limpeza concentram o maior número de trabalhadores formais e, consequentemente, grande participação na movimentação do emprego. O segundo maior grupo de trabalhadores está alocado nas atividades de serviços combinados para edifícios, que foi o único grupo a registrar a criação de novos empregos, totalizando a criação de 7 mil postos de trabalho adicionais.

Uma possível hipótese para a criação de empregos é o fato dessa atividade concentrar empresas que terceirizam mão de obra. Logo, ao invés das empresas terem sua própria equipe para execução de atividades de limpeza, muitas delas demitiram funcionários e optaram pela terceirização de um menor número trabalhadores, visando reduzir os custos, gastando menos com o desperdício de produtos e máquinas, e menor custo com rescisões.

O RIO GRANDE DO NORTE FOI O ESTADO QUE MAIS GEROU EMPREGOS EM 2016. AO TODO FORAM 1440 VAGAS, SEGUIDO POR OUTROS ESTADOS COMO PARANÁ (890) E PARÁ (746). JÁ O SUDESTE FOI A REGIÃO QUE MAIS DEMITIU PROFISSIONAIS NO PAÍS, SENDO QUE SOMENTE SP, RJ E MG CONTRIBUÍRAM COM 61,4% DO SALDO NEGATIVO DO SETOR EM TODO O PAÍS. NESTE CENÁRIO NEGATIVO, O DESTAQUE FICA POR CONTA DO RIO DE JANEIRO, QUE REGISTROU ABAIXO 7.894 POSTOS DE TRABALHO DURANTE O ANO DE 2016.

Panorama Estadual

UF	Admissão	Demissão	SALDO
Acre	910	866	44
Alagoas	3.584	2.957	627
Amapá	481	397	84
Amazonas	5.936	6.714	-778
Bahia	16.486	18.746	-2260
Ceará	11.422	11.424	-2
Distrito Federal	13.419	16.040	-2621
Espírito Santo	10.157	11.818	-1661
Goiás	18.461	18.918	-457
Maranhão	3.843	4.670	-827
Mato Grosso	7.978	8.337	-359
Mato Grosso do Sul	7.655	7.048	607
Minas Gerais	47.858	51.928	-4070
Pará	10.476	9.730	746
Paraíba	4.098	3.916	182
Paraná	37.546	36.656	890
Pernambuco	15.338	16.068	-730
Piauí	2.787	4.534	-1747
Rio de Janeiro	68.200	76.094	-7894
Rio Grande do Norte	5.817	4.377	1440
Rio Grande do Sul	41.366	42.834	-1468
Rondônia	1.875	2.280	-405
Roraima	1.090	1.078	12
Santa Catarina	36.863	37.676	-813
São Paulo	257.708	262.273	-4565
Sergipe	5.251	6.138	-887
Tocantins	822	793	29
TOTAL	**637.427**	**664.310**	**-26883**

Instituto de Altos Estudos
da UGT – IAEUGT
Presidente: Roberto Santiago
Diretor técnico: Roberto Nolasco
Equipe Técnica: Jorge Hori
e Pâmela Felício

EM ATO CONASCON FORMALIZA FILIAÇÃO À UGT

Durante a realização da 25ª Reunião Plenária da Executiva Nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT), em Brasília/DF, a diretoria executiva da CONASCON formalizou a recente filiação da entidade.

Estavam presentes todos os integrantes da Direção Nacional, Moacyr Pereira, presidente da CONASCON; Roberto Alves da Silva, vice-presidente; Manasses Oliveira, tesoureiro geral; Neucir Paskoski, secretário geral da entidade; e Henrique Fermiano, diretor de organização sindical.

Após 15 anos de luta, a entidade conquista sua carta sindical, tendo iniciado suas atividades em fevereiro deste ano, em Brasília. O objetivo é reunir mais sindicatos e fortalecer as bases. O momento é muito oportuno, pois a Terceirização foi regulamentada, mas existem espaços para mudanças. A reforma trabalhista ainda poderá trazer salvaguardas aos trabalhadores.

NÃO SOMOS TERCEIRIZADOS!
SOMOS PRESTADORES DE SERVIÇOS!

Diferente da Terceirização injusta e precarizadora, o segmento em que atua a CONASCON possui trabalhadores que prestam serviços especializados sem a subordinação direta ao tomador de serviços:

"Vamos brigar para que o projeto da regulamentação seja justo, sem prejuízo dos direitos já conquistados!", afirma Moacyr Pereira, presidente da CONASCON.

O Diretor Henrique Fermiano da Silva salientou a importância da central sindical, afirmando que a UGT será grande aliada da entidade.

MARCO LEGAL DA TERCEIRIZAÇÃO

A LEI Nº. 13.429/17 FOI SANCIONADA NO DIA 31 DE MARÇO E TEM EFEITO MODERADO SOBRE O SEGMENTO DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA E ÁREAS VERDES. A NORMA REGULA AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO E NA ***EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS.***

O Presidente da República, Michel Temer, vetou o parágrafo 3º do artigo 10, que previa prazo de 270 dias de experiência. Nesse mesmo parágrafo, havia a previsão de o prazo ser alterado por acordo ou convenção coletiva. O que o presidente vetou foi a possibilidade de prorrogação do prazo.

Outro ponto vetado pelo presidente foram alíneas e parágrafos do artigo 12. Esses pontos previam questões já contempladas, segundo a assessoria do planalto, no artigo 7º da Constituição Federal. Por isso, esses itens foram considerados inócuos.

Outro trecho vetado foi o parágrafo único do artigo 11, porque se tornou inócuo em razão dos vetos a trechos do artigo 12.

O PLC 30/2015 ainda respira

O PLC 30/2015, projeto oriundo do PL 4.330 mais discutido e com mais salvaguardas aos trabalhadores, continuará sendo analisado pelo Senado. De acordo com o presidente da casa, o Senador Eunicio Oliveira, o tema é muito amplo e o Senado ainda pode fazer contribuições ao tema.

Ainda existe a possibilidade de o Presidente Michel Temer incluir salvaguardas aos trabalhadores no projeto da Reforma Trabalhista, mas ainda não há sinalização de quais seriam essas salvaguardas.

NORMAS PARA LIMPEZA URBANA

PRORROGADO O PRAZO PARA NOVAS COLABORAÇÕES: POR MAIS 60 DIAS A PARTIR DE 31 DE MARÇO

Em janeiro de 2017, o texto base da NR da Limpeza Urbana, redigido por técnicos do Ministério do Trabalho, foi publicado para consulta pública e recebeu três mil sugestões. Em 31 de março, o prazo para novas colaborações foi prorrogado por mais 60 dias e a CTPP deve receber um novo documento, aumentado e revisado, até o final do primeiro semestre para ser reavaliado.

Audiência Pública debate o texto base da NR da Limpeza Urbana

Ao abrir os trabalhos, o presidente da Fundacentro, Paulo Ricardo Arsego, agradeceu a presença de representantes de diferentes estados e argumentou que o mote comum, a normatização, demanda conhecimento técnico, boa vontade dos empresários e esforço dos sindicatos e o conhecimento práticos dos trabalhadores. "Não há a possibilidade de mesmo no mundo moderno, cercado de tecnologias, dispensarmos o trabalho dos profissionais da Limpeza Urbana", afirmou o consultor do SELUR (Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana) Ariovaldo Caodaglio. "Espero que esta norma marque o princípio da solução para a maioria dos problemas enfrentados pelo trabalhador no desempenho de suas funções".

Pedindo uma salva de palmas para os profissionais da Limpeza Urbana, Washington Aparecido dos Santos (Maradona), coordenador da bancada dos trabalhadores da CTPP - Comissão Tripartite Paritária Permanente, lembrou que a NR tem a característica especial de ter nascido da necessidade comum de trabalhadores e empresários. O representante do governo da CTPP, o assessor técnico Joelton Guedes da Silva, relatou a dificuldade de se criar uma norma regulamentar que abranja todos os impactos do trabalho no segmento da Limpeza Urbana. Ou seja, mais de 360 mil trabalhadores apenas no mercado formal. Segundo ele, o documento final será baseado numa decisão consensual a partir da definição das prioridades.

NR da Limpeza Urbana: marco regulatório em construção

Com o objetivo de definir "requisitos mínimos para a gestão da segurança, saúde e conforto nas atividades da Limpeza Urbana, sem prejuízo da observância das demais Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho", o texto base da NR da Limpeza Urbana contempla nove capítulos mais anexo. Entre eles, Organização de Atividades; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; Análise Ergonômica do Trabalho; Veículos, Máquinas e Equipamentos; Treinamento, Equipamentos de Proteção Individual e Vestimentas de Trabalho; Coleta de Resíduos Sólidos e Varrição.

O debate foi acirrado ao longo da audiência pública. Muitos temas foram levantados e tópicos sugeridos, sobretudo por trabalhadores que partilharam as suas experiências e vivências. A questão do transporte dos coletores em curta distância, usando o estribo dos caminhões causou polêmica, assim como a higienização dos uniformes pelas empresas. Foi solicitado, ainda, a inclusão de regras para a atividades em locais específicos, como em locais de praia.

João Capana, coordenador da comissão de criação da NR da Limpeza Urbana, que acompanha pessoalmente o passo a passo da criação da NR, lamentou que na véspera da aúdiencia mais um trabalhador do segmento tenha sucumbido em consequência de um acidente de trabalho, no interior de São Paulo. "Precisamos de ações efetivas, pois a meta é melhorar a vida das pessoas". De uma maneira geral, foi destacada a participação fundamental dos trabalhadores da Limpeza Urbana como agentes sanitários, assim como a necessidade de valorização dos profissionais e do segmento.

O QUE É NORMA REGULAMENTADORA?

Norma Regulamentadora é aquilo que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de algo, que é ou que age conforme regulamentado por lei.

A NR para a Limpeza Urbana dispõe sobre os requisitos mínimos para a gestão da segurança, saúde e conforto nas atividades de limpeza urbana, sem prejuízo da observância das demais Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Lembrando que são consideradas de limpeza urbana as atividades que envolvem a coleta de resíduos sólidos, varrição, transbordo, manutenção de áreas verdes, tratamento de resíduos, ponto de recolhimento de resíduos (Eco Ponto), triagem de recicláveis e destinação final, a partir da sua produção e disposição para recolhimento ao ponto de destino.

A Portaria SIT nº 588 de 30 de janeiro de 2017 normatiza diversos assuntos, como Máquinas e Equipamentos (NR 12), Condições Sanitárias e de Conforto (NR 24), Análise Ergonômica do Trabalho / Ergonomia (NR 17), Equipamentos de Proteção Individual (NR 6), cuidados com Materiais Perfurocortantes e Agentes Biológicos, entre outros.

CONASCON ENTREGA AS SUGESTÕES DO GRUPO NA REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE - CTPP, REALIZADA NO ÚLTIMO DIA 28 DE MARÇO, EM BRASÍLIA.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA PREJUDICA OS MAIS HUMILDES, MULHERES E TRABALHADORES RURAIS

***Por: Roberto Santiago**, vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores, e presidente da Femaco e Fenascon (Federação Estadual e Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação Ambiental, Limpeza Urbana e Áreas Verdes). Deputado federal por dois mandatos, reeleito por São Paulo, ocupou a presidência de importantes Comissões na Câmara dos Deputados, como a Comissão em Defesa do Consumidor (CDC) e a Comissão do Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP). Eleito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) por sete vezes consecutivas, um dos 100 parlamentares mais atuantes do Congresso Nacional.*

A PEC 287/2016 foi elaborada sem a efetiva participação do movimento sindical e encaminhada ao Congresso Nacional em caráter de urgência, sendo aprovada às pressas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Sem sombra de dúvidas, a Reforma da Previdência prejudica os mais humildes, mulheres e trabalhadores rurais. Da forma como está, a PEC transformará a aposentadoria em uma "utopia nacional", favorecendo o aumento da vulnerabilidade social, da pobreza e das desigualdades no país.

Infelizmente, a representatividade sindical no Congresso foi diminuída em cerca de 60% nas eleições de 2014, o que é extremamente preocupante, especialmente em um ambiente de forte investida patronal sobre os direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários. É a bancada sindical que dá sustentação e faz a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, aposentados e servidores públicos, além de intermediar demandas e mediar conflitos como esse da Reforma Previdenciária.

Para quem não sabe, dentre as medidas apresentadas estão: instituir a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres – inclusive trabalhadores rurais e servidores públicos; e tempo mínimo de contribuição de 25 anos para aposentadoria e de 49 anos de contribuição para recebimento da aposentadoria integral. A idade mínima para se aposentar passa a ser de 65 para homens e mulheres, e o tempo mínimo de contribuição salta de 15 anos para 25 anos. Na prática, isso significa que o trabalhador precisará contribuir 49 anos para assegurar o recebimento de 100% da aposentadoria. Isso porque o tempo mínimo de contribuição de 25 anos dará direito a apenas 76% da aposentadoria, por conta do cálculo do benefício.

Isso não pode ser generalizado como está. A expectativa de vida no Nordeste, por exemplo, é menor que a média brasileira, assim como a dos trabalhadores rurais em relação a dos urbanos. Muitos começam a trabalhar cedo para ajudar no sustento da casa. Como obrigá-los a alongar suas exaustivas jornadas de trabalho por mais alguns anos, antes de conceder-lhes o direito à aposentadoria? Isso está errado.

Um dos pontos mais graves da proposta do Governo é a equiparação entre as idades de aposentadoria entre homens e mulheres. Atualmente, elas podem pedir a aposentadoria com 30 anos de contribuição e os homens, após 35 anos de trabalho. Para receber o benefício integral, é preciso atingir a fórmula 85 (mulheres) e 95 (homens), que é a soma da idade e do tempo de contribuição. No entanto com a Reforma, homens e mulheres terão que completar 65 anos de idade. Todos sabemos que a situação das mulheres na sociedade é diferente dos homens. A mulher tem muito mais responsabilidade em casa, tem uma discriminação no trabalho, uma discriminação na renda.

A PEC prevê, ainda, desvincular o valor da aposentadoria com o salário mínimo, o que, a nosso ver, é um grande equívoco. Hoje, 52% dos aposentados recebem um salário mínimo (número que sobe para mais de 90% no meio rural). Ou seja, diminuir o valor é ameaçar a sobrevivência já precária de muitos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA OU DEFORMAÇÃO DA PREVIDÊNCIA?

De acordo com Roberto Nolasco, economista e diretor do Instituto de Altos Estudos da UGT, a reforma da Previdência pode ser entendida como um grande ataque aos direitos dos trabalhadores, uma vez que parte de um princípio errado: que existe um prejuízo e que falta dinheiro para pagar os direitos dos aposentados. A propaganda oficial promove um certo terrorismo ao dizer que "vai faltar dinheiro para pagar os aposentados e pensionistas". Pode até faltar, mas não por falta de entrada de dinheiro.

É claro que não podemos fugir da discussão da reforma da previdência, afinal, um dia teremos que fazê-la, uma vez que, a população cada vez vive mais e com saúde. Isto é bom, mas um sistema onde quem trabalha cria os fundos necessários para quem está aposentado um dia terá problemas com mais aposentados do que o necessário número de trabalhadores ativos para sustentá-los. Mas este desequilíbrio está previsto nas estatísticas do IBGE e é usado para o chamado "cálculo atuarial".

Mas o que é isto?
"O cálculo atuarial é um método matemático que utiliza conceitos financeiros, econômicos e probabilísticos para determinar o montante de recursos e de contribuições necessárias ao pagamento de despesas administrativas e benefícios futuros, como aposentadorias e pensões a serem concedidas, no presente e no futuro."

Nas contas do próprio governo este cálculo teria de ser revisto a partir de 2027, daí a aprovação no governo Dilma da fórmula 85/95. Com esta fórmula em 2027 a aposentadoria será aos 65 anos para homens e 60 para as mulheres. No Brasil, convivemos com dois sistemas: o Regime Geral da Previdência Social, RGPS, o famoso INSS e o Regime Próprio dos Servidores Públicos, RPSP. O ajuste proposto pelo governo leva em conta os dois sistemas, mas com tratamentos diferentes.

Mas o que o governo propõe:

- Aposentadoria aos 65 anos, igual para homens e mulheres, e estabelece regra de progressividade vinculada ao aumento da expectativa de vida após idade mínima fixada para aposentadoria.

- Não podemos aceitar, pois as condições que levaram as mulheres a ter um tratamento diferenciado ainda permanecem, ou seja, ainda recebem salário inferior ao dos homens; têm dupla jornada de trabalho para dar suporte à casa e com grande número, como chefe de família. Se as mulheres têm um tratamento inferiorizado no mercado de trabalho, não devemos ser a favor que estas condições perdurem, mas enquanto existirem, devem ser tratadas de forma diferenciada. Por outro lado, num momento como este de desemprego, quem vai conseguir trabalhar nesta faixa de idade?

- Aumenta o tempo mínimo de contribuição para 25 anos e estabelece novas regras de cálculo dos proventos de aposentadorias e pensões, que são redutoras dos valores atualmente praticados.

- Hoje o tempo mínimo é de 15 anos. Porém, não temos uma vida profissional linear, ou seja, um emprego em toda nossa vida laboral. A contribuição é sempre interrompida quando estamos desempregados. O DIEESE fez um cálculo que em média o trabalhador hoje precisa de 19 anos para poder cumprir os 15 anos de contribuição. Se passar para 25 anos de contribuição, vai precisar de cerca de 49 anos!

- Aplica imediatamente essas regras ao RGPS, com algumas regras de transição pelo corte de idade:

- É injusto com aqueles que já estão trabalhando e que tem expectativas diferentes. É discriminação, pois para os funcionários públicos a regra vale para quem entrou a partir de 2012, ou seja, só vale para os novos. No caso dos trabalhadores também deveria valer para quem entrar no mercado a partir da lei.

- Cria regras de transição específicas para o RPSP, que alonga a efetiva aplicação das regras propostas para obter a convergência de regimes.

- Ou seja, para os funcionários púbicos que além de gozarem de outras regalias, a regra só vai valer para os que entrarem no serviço após a lei.

O governo disse que não abre mão da questão da idade, contudo o Brasil ainda é um país jovem, com cerca de 11% de pessoas maiores de 65 anos, e que está com sua população nesta faixa crescendo mais rapidamente e vivendo mais. A curva demográfica do Brasil indica que a maior abertura da janela demográfica, que é o momento em que temos mais jovens ativos do que população dependente deles, se dará em torno de 2027. Portanto, pensar em alterar a idade seria nesta data e não agora. Isto nos permite alterar as coisas de forma gradual e não apressadamente como quer o governo.

O perigo é que com esta pressa e usando um motivo que não existe, o déficit, logo estaremos fazendo uma nova reforma com mais ônus para os trabalhadores. Não podemos deixar de reformar algo que funciona e apresentou superávit até 2015. O que falta é gestão e o governo dizer onde está o saldo acumulado de 300 bilhões até 2015. Não podemos deixar de discutir o que é nosso, mas sim fazer cumprir a lei e criar o Conselho de Gestão para que os trabalhadores saibam como está sendo administrado o dinheiro da previdência.

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DE BASE PODE SER O ÚNICO CAMINHO PARA O MOVIMENTO SINDICAL

A PROPOSTA DA REFORMA TRABALHISTA (PL 6.787/2016), SE BEM ESTUDADA E DISCUTIDA COM O MOVIMENTO SINDICAL, SERÁ A GRANDE OPORTUNIDADE DE SE FORTALECER O DIÁLOGO SOCIAL E SEPARAR O JOIO DO TRIGO. SINDICATOS SEM TRABALHO DE BASE DIFICILMENTE SOBREVIVERÃO A ESSA FASE.

Ser contra a retirada de direitos do trabalhador é um ponto de consenso no movimento sindical, mas não dá pra ficar no time do contra tudo. Não podemos perder a oportunidade de dinamizar as relações de trabalho. Além do fortalecimento das Convenções e Acordos Coletivos, outro ponto importante é a representação de trabalhadores no local de trabalho, um ponto nevrálgico no projeto da reforma.

De acordo com os economistas, Helen Silvestre Fernandes e Roberto Nolasco do Instituto de Altos Estudos da UGT, o movimento sindical deve estar atento aos impactos na organização da representação sindical dos trabalhadores que está embutida na proposta de reforma trabalhista do governo.

Para Moacyr Pereira, presidente da CONASCON, os sindicatos precisam participar ativamente desse processo: "precisamos fazer política", afirmou. Os dirigentes sindicais precisam acreditar na possibilidade de contribuir para o texto da reforma. Ela está aí, não tem volta!

O artigo 523-A cria a figura do representante dos trabalhadores no local de trabalho. Ele não precisa estar filiado ao sindicato para exercer a função. Ele será o "interlocutor" entre a empresa e o trabalhador e terá a função de dirimir conflitos nas empresas que possuírem mais de 200 empregados no ambiente de trabalho. Mas não seria esta uma prerrogativa dos sindicatos?

Há um risco dessa figura manter o sindicato distante da forma como os conflitos são resolvidos. Outra situação importante será a sua presença nas negociações coletivas, uma vez que ele será eleito sem a participação do sindicato da categoria e será sempre um elemento surpresa numa mesa de negociação.

O trabalho de base, acompanhado de boas estratégias de filiação e comunicação assertiva, será a principal ferramenta de mitigação dos resultados negativos nessa avalanche de reformas. Além disso, o ataque ao sistema de custeio das entidades sindicais é um sinal claro e inequívoco de que é hora de reagir.

Hoje, as taxas de sindicalização giram em torno de 17%, número bem distante dos 32% dos anos 80. Diferente do mercado de trabalho que se expandiu e diversificou, o movimento sindical apenas se expandiu.

MAS O QUE FAZER DIANTE DESSE CENÁRIO? COMO MELHORAR A IMAGEM DO MOVIMENTO SINDICAL?

Trabalho de base, esse é o caminho. O sindicato que conhece sua base, que filia, que faz negociação coletiva, que conversa com a sociedade ganhará um novo voto de confiança para se tornar, mais uma vez, o protagonista na defesa dos direitos dos trabalhadores.

PROPOSTAS DA UGT – UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES PARA ALTERAÇÕES AO TEXTO DA REFORMA TRABALHISTA

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES NO LOCAL DE TRABALHO

1 - O Representante dos Trabalhadores no local de trabalho será necessariamente filiado ao sindicato, dando ao caput do art. 573-A a seguinte redação:

"Art. 523-A. É assegurada a eleição de representante SINDICAL dos trabalhadores no local de trabalho, observados os seguintes critérios:

...."

2 – Ampliar o alcance da eleição de representante sindical para as empresas com mais de 50 empregados, dando a seguinte redação ao inciso I do art. 523-A:

"Art. 523-A ....

I – um representante sindical dos empregados poderá ser escolhido quando a empresa possuir mais de CINQUENTA empregados."

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

1 – Favorável à prevalência do negociado sobre o legislado, com a eleição de REPRESENTANTE SINDICAL dos trabalhadores no local de trabalho.

2 – Incluir como item do Art. 611-A para negociação:

"....

XIV – Recursos para financiamento das atividades de apoio sindical."

3 – Incluir novo parágrafo ao Art. 523-A, seguinte:

"....

§ 3º Os representantes sindicais dos trabalhadores contarão, para o adequado desempenho de suas prerrogativas e competência, com o apoio dos seus sindicatos e da central sindical.

4 – Incluir novo parágrafo no Art. 634, seguinte:

"...

§ 3º As multas aplicadas à empresa por falta de registro dos seus empregados devem ser revertidas para os trabalhadores prejudicados."

TRABALHO TEMPORÁRIO

1 - Manter sem alterações a Lei 6019 de 3 de janeiro de 1974.

TRABALHO DE TEMPO PARCIAL

Incluir dois novos parágrafos no Art. 58-A, seguintes:

§ 7º As contratações de trabalhadores em regime de tempo parcial não excederão 10% do quadro de pessoal da empresa.

§ 8º A remuneração mínima de trabalhadores em regime de tempo parcial será igual ao valor do piso da categoria e, na ausência deste, será de valor igual ao Salário Mínimo.

Fonte: Cartilha da UGT

O DESAFIO DE COMBATER VETORES

CHUVA, LIXO E CALOR CRIAM AMBIENTES FAVORÁVEIS PARA ATRAIR E PROLIFERAR VETORES – MOSQUITOS E OUTROS INSETOS E PEQUENOS ROEDORES – QUE CAUSAM DOENÇAS COMO A DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA E ATÉ MESMO MALÁRIA E FEBRE AMARELA. MAS COMO OS TRABALHADORES DO ASSEIO E CONSERVAÇÃO PODEM AJUDAR?

O RISCO DE TRANSMISSÃO DE DOENÇAS

As pragas urbanas, também chamadas de vetores, se proliferam desordenadamente no ambiente das cidades gerando grande risco à saúde humana. Por serem altamente resistentes e sobreviverem facilmente no ambiente urbano, são espécies extremamente difíceis de serem combatidas.

A maioria costuma se reproduzir durante o inverno e se proliferar no verão transmitindo muitas doenças graves, como por exemplo, a Dengue, que é transmitida pela picada do mosquito Aedes Aegypti e também responsável pela Febre Amarela, que pode até matar.

FALTA INFRAESTRUTURA E GESTÃO

A falta de infraestrutura e de administração dos órgãos responsáveis pelo saneamento básico, incluindo a crise da limpeza urbana com as recorrentes suspensões dos serviços

O que fazer para ajudar na prevenção e combate aos vetores causadores de doenças

Você pode ajudar na prevenção e combate às pragas urbanas (vetores):
- Evite deixar a louça suja na pia e comer nos quartos;
- Tape bem as frestas para evitar a entrada de formigas e outros insetos;
- Prefira utilizar ralos com tampa "abre e fecha";
- Armazene os alimentos sempre em locais altos;
- Mantenha as lixeiras sempre bem fechadas;
- Não deixe água parada em vasos de plantas, nem empoçada.
- Use sempre repelente, principalmente nos dias mais quentes;
- Faça uma dedetização preventiva, ao menos uma vez por ano, em todo o ambiente.

de coleta e a crescente diminuição de mão de obra, entre uma série de outros fatores, estão colocando em risco a saúde de toda a população devido ao aumento do acúmulo de lixo a céu aberto.

O potencial dos Trabalhadores do Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes é imenso. Os garis e varredores estão nas ruas, as auxiliares de limpeza e copeiras estão nos escritórios e escolas, o jardineiro está nos parques e praças públicas. A solução pode ser encontrada em boas práticas de gestão das municipalidades.

SINDICATO CIDADÃO

O movimento sindical, que sempre cumpriu seu papel cidadão, pode ajudar. Os sindicatos atuam em todas as mídias, a comunicação é seu grande meio de divulgação de ações e mobilização.

Em meados de 2016 o SIEMACO-SP participou ativamente das ações da Prefeitura no combate ao Aedes Aegypti.

COLOCAR PARTE DESSE ESPAÇO À DISPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO TAMBÉM É DEVER DO MOVIMENTO SINDICAL.

BRASIL PODE TER COLAPSO NA LIMPEZA URBANA

NO MÊS DE DEZEMBRO, FOMOS INFORMADOS DA SITUAÇÃO ALARMANTE DOS DÉBITOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM AS EMPRESAS DE LIMPEZA URBANA NO BRASIL. SEGUNDO ESTUDOS REALIZADOS PELA ABRELP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS E O SELURB – SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URBANA, ATÉ O FIM DE 2016 O ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DAS PREFEITURAS DAS CAPITAIS QUE POSSUEM CONTRATOS COM AS EMPRESAS PRESTADORAS DESSES SERVIÇOS CHEGARÁ AOS ALARMANTES 40%. SEGUNDO A MESMA PESQUISA, 100% DAS EMPRESAS DO SETOR JÁ SOFRERAM COM A INADIMPLÊNCIA DAS PREFEITURAS.

A CONASCON, por meio de suas entidades filiadas, acompanhou as paralisações na Limpeza Urbana nas capitais e em vários municípios como São Paulo, Curitiba, Guarujá, Cubatão, São Vicente, Campo Grande/MS por falta de pagamento de faturas no fim de 2016. O trabalhador não pode pagar essa conta. Em novembro, o SIEMACO-SP conseguiu evitar a demissão de mais de 3.000 trabalhadores em decorrência do corte de mais de 40 milhões para o pagamento dos serviços de varrição na cidade. Mas com a aprovação no dia 16/12 do corte de mais de R$ 81 milhões no orçamento do municipal de São Paulo, referentes aos serviços de varrição e coleta, a saúde, organização, limpeza e o bem-estar dos munícipes estariam em risco.

Cerca de 9 mil trabalhadores perderam seus empregos por conta dessa situação. Segundo o SELURB - Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana, as dívidas dos municípios com as empresas, conforme projeções, chegará a 10 bilhões de reais e consequentemente a demissão de mais 30 mil trabalhadores em todo o Brasil.

Não há como investir em tecnologias para melhorar os serviços de limpeza e principalmente, não será possível alcançar as metas estipuladas pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Ainda existem no Brasil mais de 80 milhões de pessoas sem acesso e tratamento e destinação adequada de resíduos. Contaminação de lençóis freáticos, aumento dos casos de infecção por vetores são riscos diluídos que, em longo prazo, criarão um único grande problema: epidemias.

Além dos reflexos sociais dessas demissões, os riscos para a saúde pública e ambiental são iminentes. O problema é que a má gestão e o corte de investimentos em uma área tão fundamental vai fazer a conta voltar para quem começou o problema, o Estado, que através do seu sistema desumano de saúde, não dará conta de controlar tal situação. Precisamos agir, não podemos e não vamos pagar essa conta!

ACONTECEU NA BASE

FENASCON - DURANTE CERIMÔNIA DE POSSE, NOVA DIRETORIA DA FENASCON DEBATE TEMAS DA ATUALIDADE

A diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (FENASCON), eleita para a gestão 2017-2021, tomou posse em janeiro/2017, em cerimônia realizada na sede da FEMACO, em São Paulo. Dirigentes sindicais filiados à federação e funcionários acompanharam o evento. Durante a transmissão de cargo, o ex-presidente da FENASCON, Moacyr Pereira – que agora é presidente da CONASCON - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação,Limpeza Urbana e Áreas Verdes – passou para o atual presidente, Roberto Santiago, um relatório da prestação de contas e das atividades realizadas no período que esteve à frente da federação. Entre as bandeiras levantadas para o novo mandato, estão o fortalecimento e a homogeneização da atuação dos sindicatos, bem como sua representatividade no cenário político nacional: "Não podemos fechar os olhos para o que está acontecendo no país. Apesar de alguns reflexos positivos na economia, o Governo tem anunciado grandes mudanças na legislação trabalhista e previdenciária. Infelizmente, hoje são poucos os representantes dos trabalhadores no Congresso, o que significa que as propostas apresentadas pelo governo tendem a ser aprovadas sem o devido cuidado, como por exemplo, a questão das novas regras para a aposentadoria, que prejudica e aflige os mais humildes", disse Roberto Santiago, que também é vice-presidente da UGT.

DIRETORIA NACIONAL - TITULARES

PRESIDENTE
José Roberto Santiago Gomes
VICE PRESIDENTE
Paulo César Rossi

- SECRETÁRIO DE FINANÇAS:
Sandro Mizael dos Santos
- SECRETÁRIO GERAL:
Cirilo das Mercês Bonfim
- SECRETÁRIO DE ASSUNTOS SINDICAIS:
Paulo Roberto da Silva
- DIRETORIA NACIONAL - SUPLENTES:
Fábio Kerson da Silva Xavier
Israel Henrique Pereira de Queiroz
Valdir Gonçalves
José Martins de Oliveira
Paulo Sérgio Pena Felix
- CONSELHO FISCAL - TITULARES:
Gilberto César de Alencar
Francielle dos Anjos Vendrame
Azenira Lazarotto
- CONSELHO FISCAL - SUPLENTES:
Edson André dos Santos Filho
Ana Paula Luciano dos Santos
Juvenilson Diniz Almeida
- DELEGAÇÃO CONFEDERATIVA - TITULARES
João Gerônimo Filho
Manoel Martins Meireles
- DELEGAÇÃO CONFEDERATIVA - SUPLENTES
José Moacyr Malvino Pereira
Renata de Cássia de Aguiar Souza

SIEMACO - PIRACICABA/SP

NOVA SUBSEDE

O SIEMACO-Piracicaba e Região passou por mudanças e conta agora com a subsede Americana, que passa a realizar homologações diariamente, com agendamentos feito pelo site www.siemacopiracicaba.com.br e atendimento diário aos trabalhadores para diversas atividades.

SIEMACO - SANTOS/SP

CAMPANHA PARA ORIENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A reforma da Previdência Social, prevista pelo governo federal, coloca em risco o futuro do trabalhador. O SIEMACO-Santos está na luta para garantir os direitos dos coletores e varredores, sindicalizados ou não, à aposentadoria especial. Todos os coletores e varredores que trabalharam 20 (vinte) anos ou mais com carteira assinada em empresas prestadoras de serviços de Limpeza Urbana devem consultar o Sindicato. Todas as orientações e ações na Justiça serão gratuitas.

SIEMACO - SÃO PAULO/SP

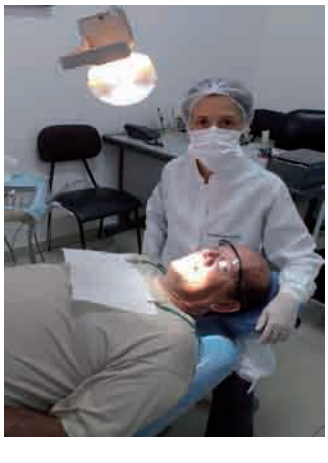
CONTRA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA
Caso seja aprovada, a PEC 287 (Projeto de Emenda Constitucional) trará consequências imediatas para milhares de trabalhadores, e deve afetar não apenas a aposentadoria, como as relações trabalhistas.

O SIEMACO Previdenciário presta atendimento gratuito aos trabalhadores das categorias representadas, garantindo todo o processo até a aposentadoria, e também luta na Justiça pelo direito à Aposentadoria Especial para coletores e varredores que conquistaram o benefício da insalubridade em Convenção Coletiva de Trabalho.

SIEMACO - GUARULHOS/SP

EQUIPE DA FULL GESTÃO INTEGRA-SE AO QUADRO DE SÓCIOS DO SINDICATO
Em visita de rotina feita pelo Sindicato, os funcionários da empresa FULL GESTÃO, locados no Condomínio Flex Vila Galvão Guarulhos, foram informados pelos assessores Marcos Conceição, Douglas Venceslau e Lucas Apolinário Ferreira, sobre o trabalho do SIEMACO-Guarulhos e os benefícios oferecidos. O encontro foi tão produtivo que a maioria dos funcionários filiou-se ao Sindicato.

SIEMACO - ARARAQUARA, SÃO CARLOS, MATÃO E REGIÃO/SP



O Sindicato, representado por seu diretor-presidente, Pedro Alves Filho, oferece aos seus associados e dependentes tratamento odontológico há mais de 10 anos na Sede e há 2 anos na Subsede. Anote: SEDE: Av. XV de Novembro, 961 - Centro, Araraquara/SP. SUBSEDE: Rua Miguel Petroni, 2610- Jardim Acapulco, São Carlos/SP

SIEMACO - CAMPINAS/SP

Os trabalhadores da COLEPAV, que trabalham na manutenção dos jardins da cidade de Campinas, tiveram que cruzar os braços diante do atraso no pagamento do 13º salário de 2016, cuja situação só foi regularizada em 22 de dezembro, depois de grande manifestação dos trabalhadores junto com o Sindicato.

SIEMACO - OSASCO/SP

TRABALHADORES RECEBEM AUXÍLIO NATALIDADE
O Sindicato parabenizou os trabalhadores e as trabalhadoras pelo nascimento dos seus filhos e filhas entregando os cheques referentes ao auxílio natalidade.

SIEMACO - ABC/SP

FESTA CELEBRA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER
Cerca de 200 pessoas participaram da festa realizada pelo Sindicato em 12 de março. Palestra, coquetel, sorteios de prêmios e até mesmo o quadro "transformação", o qual repaginou o visual de uma trabalhadora, animaram o evento.

TRABALHADORES DA LIMPEZA URBANA CONQUISTAM 6% DE REAJUSTE NO ABC PAULISTA
Logo no início de abril, a participação do SIEMACO-ABC foi fundamental para apoiar os trabalhadores na conquista do reajuste salarial durante a negociação com o sindicato patronal, o SELUR. Enquanto outras categorias estão com os salários congelados, os trabalhadores da Limpeza Urbana do ABC terão o reajuste de 6% linear com remunerações que chegam a R$3.343,38: "Conseguimos avanços protegendo a categoria das dificuldades", explica Roberto Alves.

FEMACO

O presidente da FEMACO e vice-presidente da UGT, Roberto Santiago, reforçou em reunião com os dirigentes de todas as centrais sindicais brasileiras que, em 28 de abril, devem acontecer novas manifestações contra as propostas das reformas previdenciária e trabalhista e da terceirização, aprovadas pela Câmara dos Deputados.

SINDEACONI - NOVA IGUAÇU/RJ

SINDICATO GARANTE BLOQUEIO DE FATURA DE 15 MILHÕES PARA O PAGAMENTO DE TRABALHADORES.

No último dia 20 de março, o SINDEACONI – Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação dos Municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Seropédica, Itaguaí e Paracambí, conseguiu bloquear, provisoriamente, uma fatura de 15 milhões de Reais, decorrente de valores não quitados pela empresa Iguaçu de Manutenção Ltda. Ao todo, 1364 trabalhadores que prestavam serviços para a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu foram beneficiados pela ação rápida do Sindicato.

SEEAC - MATO GROSSO/MT

CAMPANHA GARANTE 10% DE REAJUSTE SALARIAL

Depois de muita negociação com o patronal, o SEEAC/MT conseguiu reajuste de 9% nos salários, 1% no seguro de vida, auxílio funeral e auxílio familiar para os trabalhadores, garantindo também os seguintes benefícios: gratificação por assiduidade, alimentação, cesta básica, dentista, entre outros.

SINDILIMP - CAXIAS DO SUL/RS

DIRETORIA PARTICIPA DE CURSO DE FORMAÇÃO

A atual diretoria do SINDILIMP de Caxias do Sul, entre eles, Henrique Silva, presidente, participou em março de um curso de formação sindical que abordou temas como a origem do SINDILIMP e a história dos 27 anos do Sindicato, bem como a discussão da atual ameaça das reformas previdenciária e trabalhista.

SINDILIMP PROMOVE JANTAR DANÇANTE DO DIA DO GARI

Em comemoração ao Dia do Gari, celebrado em todo 16 de maio, o SINDILIMP realizará no sábado, 20 de maio, às 20h, um jantar dançante no Salão da Comunidade Santa Catarina, à Rua Matteo Gianella, 1292, em Caxias do Sul. Os ingressos custam R$ 25,00 por pessoa. Adquira seu ingresso na sede do SINDILIMP.

SIEMACO - RIO DE JANEIRO/RJ

ASSEMBLEIA DO ASSEIO RECUSA 5,45% E AUTORIZA SINDICATO A FECHAR CCT COM 6,70% E OUTRAS CONQUISTAS

Por unanimidade, os trabalhadores do Asseio e Conservação do Rio recusaram a última proposta patronal, de 5,45% de aumento e mais nada, durante Assembleia realizada em 6 de abril, no auditório do Clube Municipal, na Tijuca. O SIEMACO-RJ obteve a autorização em massa da categoria para lutar pelo reajuste oferecido anteriormente pelos patrões, de 6,70%, índice acima da inflação do período. A assembleia autorizou também o Sindicato a assinar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), caso os patrões retornem com a proposta anterior.

SINTRAL - SALVADOR/BA

ELEIÇÃO PARA RENOVAÇÃO
DO QUADRO DIRETIVO

No último dia 30, o SINTRAL - Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana e de Empresas de Asseio e Conservação do Município de Salvador realizou eleições para renovação da diretoria da entidade. A nova diretoria foi ampliada e hoje conta com 20 dirigentes. Estelita dos Santos foi reeleita como presidente da entidade e a companheira Dinalva Alves entrou nessa gestão como tesoureira da entidade. A nova diretoria e dirigentes assumiram o compromisso de buscar o fortalecimento da categoria na cidade de Salvador e assegurar sua representatividade no município.

Em reunião de planejamento, realizada em Salvador, a presidente da entidade, Estelita dos Santos, afirmou que o grupo de asseio e conservação tem uma importante voz em Brasília. As informações e o trabalho de assessoria técnica e jurídica oferecidos pela confederação são fundamentais para os sindicatos na criação de estratégias de trabalho. Com os diversos ataques que o movimento sindical tem sofrido, é de suma importância estarmos filiados.

SINDI ASSEIO BELO HORIZONTE/MG

DISTRIBUIÇÃO DE KITS ESCOLARES

Com o objetivo de ajudar as famílias dos trabalhadores a diminuir as despesas de início de ano e a incentivar os estudos, pelo terceiro ano consecutivo, o SINDI ASSEIO BH distribuiu mais de 3 mil kits de materiais escolares aos associados que possuem filhos em idade escolar.

SINTEPS - CAMPINA GRANDE/PB

O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Prestadores de Serviços, representado pelo presidente Alexandre Pereira da Silva, compareceu a reuniões no Ministério do Trabalho em Campina Grande, e a audiências no Fórum Dr. Clovis dos Santos Lima, em João Pessoa, na luta por: reajuste salarial de 14% do piso dos terceirizados: aumento de R$ 882,00 para R$ 1.005,48; aumento no vale alimentação de R$ 262,69 com um reajuste de 33%; entre outras reivindicações. A discussão tem avançado, visando acordos com o Sindicato Patronal (SEAC), visto que o mesmo ainda não se manifestou em relação às propostas apresentadas, estando ausente nas mesas-redondas e nas sete audiências.

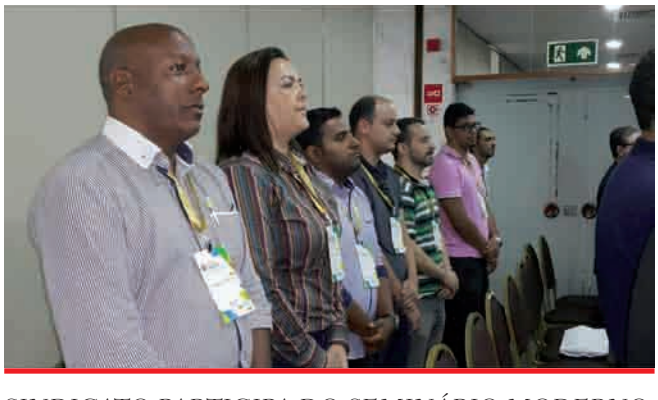
SINDLIMP - FLORIANÓPOLIS/SC

CONTRA A PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O SINDLIMP- Florianópolis, juntamente com a FEVASC - Federação dos Vigilantes, Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância, Prestadoras de Serviços, Asseio e Conservação e de Transporte de Valores do Estado de Santa Catarina, é contra à TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM da categoria e está na luta pela regulamentação, para garantir direitos e dar fim nas empresas "picaretas".

No último dia 15/03, o Sindicato participou do protesto nacional contra as Reformas Trabalhista e da Previdência que reuniu cerca de 15 mil pessoas contra o retrocesso de quase 100 anos da legislação trabalhista e previdenciária, que Michel Temer quer oficializar. Somos contra qualquer ato que precarize o trabalho e diminua os direitos dos trabalhadores!

SINTEAC - JUIZ DE FORA/MG



SINDICATO PARTICIPA DO SEMINÁRIO MODERNO

O SINTEAC foi um dos apoiadores do Seminário Moderno "Entidades Laborais em Prol do Desenvolvimento do Turismo Mineiro", realizado em março, no Ritz Plaza Hotel, no Centro de Juiz de Fora. Promovido pela Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) em parceria com a Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de Minas Gerais (FETHEMG), o seminário abordou assuntos como o Projeto de Lei da Reforma Trabalhista, as convenções coletivas das condições de trabalho no setor do turismo e hospitalidades, a legalização dos jogos no Brasil e o associativismo.

FEACONSPAR

A Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação tem intensificado esforços na mobilização dos sindicatos e de suas bases, contando já com a adesão de mais de 30 mil trabalhadores contrários à reforma da Previdência em abaixo-assinados que estão sendo feitos pelos SIEMACOS em todo o estado.

SINEEPRES - PARANÁ/PR

CONTINUA A NEGOCIAÇÃO
COLETIVA DE TRABALHO
O SINEEPRES informa que a negociação coletiva de trabalho, visando firmar CCT 2017/2018 com o SIESE-PR, Sindicato Patronal que representa as empresas de monitoramento de alarmes, está em andamento. O SINEEPRES está reivindicando o INPC acumulado do período, a ser aplicado em todos os salários, mais 5% de aumento real. Solicitamos aos representantes do SIESE-PR agendamento de reunião para avançarmos na contraproposta.

SIEMACO - PONTA GROSSA/PR

POSSE DA NOVA DIRETORIA
A nova diretoria do SIEMACO-Ponta Grossa tomou posse em março, para a gestão de 2017 a 2022, reafirmando seu compromisso em defender os interesses dos profissionais do asseio e conservação. Estavam presentes na solenidade representantes do SIEMACO-Paraná, o presidente da FEANCONSPAR, Manassés de Oliveira, o Deputado Federal Aliel Machado, Deputado Estadual Péricles de Holleben Mello e convidados.

SIEMACO - PONTA GROSSA/PR

Durante o ato de filiação da CONASCON, Maria Donizete Teixeira Alves tomou posse como Secretária Nacional do Asseio e Conservação, aproveitando para anunciar a filiação do SIEMACO Ponta Grossa à UGT: "Agora vamos trabalhar duro para fortalecer o trabalhador da Limpeza; eles precisam ser valorizados: são os responsáveis pela saúde pública nas cidades. Nenhum país vive sem Limpeza Urbana", afirmou Maria Donizete, agradecendo o apoio dos companheiros Manasses Oliveira, da FEACONSPAR; Paulo Rossi, Presidente da UGT-Paraná e Moacyr Pereira, presidente da CONASCON.

SIEMACO - LONDRINA/PR

Garis de Assaí cruzam os braços contra assédio moral. O SIEMACO - Londrina organizou 24h de paralisação junto com aos trabalhadores da limpeza pública de Assaí, interior do Paraná, exigindo da empresa SANETRAN o fim do assédio moral, melhores condições de trabalho e manutenção urgente dos caminhões.

SIEMACO - CURITIBA/PR

SIEMACO garante aumento real para 2.500 garis. A conquista para os funcionários da Cavo Serviços e Saneamento (Grupo Estre) foi de 6% de reajuste nos salários e 9,5% nos tíquetes. Com a aprovação do acordo, o salário dos coletores domiciliares passou para R$ 1.447,31, somado aos demais benefícios (assiduidade, insalubridade, vale-alimentação e refeição). Para a função de varredor, o salário aumentou para R$ 1.240,45.

SIEMACO - MARINGÁ/PR

Manifestação do SIEMACO-Maringá consegue reverter 50 demissões. O sindicato reuniu os funcionários da empresa Transresíduos em Paranavaí para uma grande manifestação contra demissões irregulares. Após vários dias de negociações, a Prefeitura voltou atrás e os postos de trabalho foram mantidos.

SIEMACO - CASCAVEL/PR

O SIEMACO conquista acordo no Ministério Público do Trabalho. As mobilizações dos funcionários da Transportec Coleta e Remoção de Resíduos, junto com o SIEMACO, conseguiram acordo que corrigiu diversas irregularidades nas condições de trabalho dos 42 funcionários da limpeza pública de Toledo: pagamento da cesta básica, manutenção urgente nos caminhões de lixo e melhoria nas estruturas do posto da empresa.

SIEMACO - FOZ DO IGUAÇU/PR

O SIEMACO Foz do Iguaçu defende melhores condições para 280 garis. Após inúmeras paralisações, audiências no Tribunal Regional do Trabalho e muitas reuniões de negociação, funcionários da empresa Vital Engenharia Ambiental conseguiram reajuste de 10,83% nos salários e equiparar benefícios previstos da Convenção Coletiva estadual.

CONFRATERNIZAÇÃO
No dia primeiro de abril, o Sindicato realizou grandioso almoço na Chácara do René, com costelão Fogo de Chão acompanhado de chope bem gelado. Sorteio de Prêmios e a Banda Anjos D´Ouro animaram a festa.

SIEMACOs

CURITIBA, CASCAVEL, FOZ DO IGUAÇU, FRANCISCO BELTRÃO, LONDRINA PONTA GROSSA E MARINGÁ E O SINEEPRES

Além da coleta de assinaturas, os Sindicatos estão participando da organização dos movimentos sociais de rua. Participaram do Dia Nacional de Lutas, realizado em 15/03, e estão prevendo mobilização ainda maior para 28 de abril. Os postos de trabalho estão sendo visitados para angariar trabalhadores para a paralização.